



ESPAÇOS PÚBLICOS X INFRAESTRUTURA: UMA ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA NOS ESPAÇOS DE LAZER DA CIDADE DE PALOTINA

CALSSAVARA, Adriely da Cunha Plakitquen.¹

SIMONI, Tainã Lopes.²

RESUMO

Uma vez que possui como assunto e tema o estudo dos espaços públicos e de suas respectivas infraestruturas, o presente trabalho tem como objetivo geral destacar a importância destas espacialidades nos centros urbanos e demonstrar como a falta de infraestrutura urbana afeta na significância do espaço, na funcionalidade do mesmo e na apropriação urbana por parte dos indivíduos. Dessa maneira, busca-se estudar de modo mais específico as áreas de lazer na cidade de Palotina, localizada no estado do Paraná, onde se visa realizar análises para estabelecer tais condicionantes e panoramas. Isso posto, o presente trabalho se dá a partir do capítulo de fundamentos arquitetônicos, análises dos espaços e também o capítulo de considerações finais, onde se realiza um apanhado geral de todo o trabalho elaborado, buscando assim alcançar o objetivo estabelecido inicialmente, a fim de responder a questão do problema formulado e comprovar ou refutar a hipótese determinada previamente.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços de lazer, infraestrutura urbana, qualidade urbana, urbanismo.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como finalidade estudar e averiguar a importância dos espaços públicos, conduzindo uma análise da infraestrutura nas áreas de lazer da cidade de Palotina – Paraná, comparando-as a fim de compreender sua real situação.

O trabalho justifica-se por disseminar conhecimento e informação, com a intenção de formar novos pesquisadores e incentivar novos debates e novas análises que ampliem a visão da sociedade e contribuam para um melhor diálogo e um melhor entendimento das questões a serem abordadas. Além disso, justifica-se também a escolha da cidade de Palotina – PR, visto que se apresenta como uma cidade com variados espaços públicos que buscam atender à população, mostrando-se pertinente, portanto, um estudo qualitativo dos mesmos para que possam cumprir sua função.

Referente ao tema de estudo: A qualidade de vida de uma cidade sempre será medida pela grandeza da vida coletiva, evidenciada em seus espaços públicos, portanto, é de suma importância o conhecimento da condição e das suas potencialidades. Atualmente, devido à

¹Aluna do décimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Cascavel. E-mail: adrielyplakitquen@hotmail.com

²Arquiteta, professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Cascavel. E-mail: tai_lopes@fag.edu.br



verticalização das cidades, espaços públicos como parques e praças tornaram-se cada vez mais necessários, tanto para o bem-estar e qualidade de vida da população, quanto para o embelezamento dos municípios.

Dada a importância destes locais para o contexto urbano, procura-se analisá-los com o intuito de entender o cotidiano e a dinâmica da cidade, a fim de que, além da contribuição para o conhecimento, este trabalho sirva como base para a reestruturação de espaços públicos existentes ou para a criação de novos, manifestando uma constante busca por áreas mais humanizadas que atendam às necessidades e anseios de seus usuários.

Voltando a atenção para o tema, nota-se, portanto, que estes espaços devem ser observados sob diversas perspectivas, sejam sociais, econômicas, culturais ou físicas e é este olhar que se torna necessário para que transformações e melhorias ocorram em uma junção entre gestores, profissionais e, acima de tudo, a população.

Desse modo faz-se extremamente necessário explanar sobre o assunto, visto que espaços sem uma infraestrutura adequada tendem a perder sua importância, tornando-se esquecidos pela simples falta de manutenção e melhorias.

O problema fomentador da pesquisa é: Percebe-se que a ausência de infraestrutura adequada nas áreas de lazer de uma cidade interfere no bom uso dos espaços. No caso da cidade Palotina: como fortalecer a identidade da cidade proporcionando qualidade de lazer aos moradores a partir dos espaços já existentes? Qual o papel da infraestrutura neste contexto?

Para apresentar uma resposta a essa questão partiu-se da tese inicial de que sem a existência de uma infraestrutura eficaz e eficiente, espaços como parques e praças não são atrativos para a população, interferindo diretamente no bom uso dos mesmos. A carência de uma boa infraestrutura faz com que espaços públicos percam sua identidade, prejudicando de modo direto a população. Desta maneira, áreas já existentes vão perdendo sua importância por falta de investimentos do governo e tornam-se ambientes esquecidos.

Portanto, são necessárias elaborações de novas diretrizes, orientando gestores e profissionais, de modo a direcionar olhares também para áreas já existentes, trazendo melhorias e reforçando a identidade local, para que, sobretudo, haja a ampliação da vida coletiva e a humanização das cidades.



Como objetivo geral, o trabalho busca destacar a importância de espaços públicos, nos desenhos de centros urbanos e como a falta de infraestrutura afeta sua significância, conduzindo uma análise da infraestrutura nas áreas de lazer da cidade de Palotina – Paraná. Tendo como objetivos específicos: (I) buscar embasamento bibliográfico sobre o tema, (II) identificar espaços públicos e apresentar sua importância perante a sociedade, (III) apresentar correlatos de mudanças e revitalizações realizadas em áreas de lazer, (IV) realizar uma análise da infraestrutura nas áreas de lazer da cidade de Palotina – Paraná, (V) relacionar a falta de infraestrutura com a significância das áreas de lazer, e por fim, (VI) constatar que a existência de parques e praças são benéficas quando estas possuem uma infraestrutura adequada.

A pesquisa propõe-se a utilizar como marco teórico as ideias apresentadas por Londe (2014) e Leverentz (2014), por defenderem que embora o conceito de qualidade ambiental urbana seja demasiadamente citado na legislação. Na prática poucas ações são direcionadas para a melhoria das condições ambientais do espaço urbano.

As áreas verdes urbanas desempenham diversas funções essenciais para a qualidade de vida da população [...] logo a gestão/manutenção e planejamento dessas áreas pelo poder público são essenciais. Atualmente com a banalização desses espaços pelo poder público, a falta de condições dos mobiliários e estruturas urbanas faz com que as praças percam a sua função, afugentando e excluindo a população de usufruir dessas áreas verdes enquanto espaço para o bem-estar social, ambiental e estético (LEVERENTZ, 2014, p. 02).

Com base nos autores, observa-se que apenas a existência de áreas verdes como parques e praças não cumprem o papel de elemento benéfico, porém, quando dada devida importância a estes locais, os mesmos contribuem para uma melhora significativa da qualidade de vida de quem os frequenta, tornando-se um ponto de encontro para os munícipes.

Dessa maneira, no primeiro capítulo serão apresentados conceitos e informações relevantes ao tema da pesquisa. Em sequência, o segundo capítulo busca fazer uma relação entre a metodologia de aplicação e o referencial teórico, trazendo informações relevantes ao tema proposto. Assim sendo, a presente pesquisa terá como base metodológica a revisão bibliográfica juntamente com pesquisas on-line, que para Salomon (1974), juntas, podem ser consideradas como um conjunto de obras derivadas sobre um determinado assunto, além de um aprofundamento sobre o local de estudo por meio da pesquisa de campo, onde serão realizadas pesquisas embasadas na metodologia de Prodanov e Freitas (2013), trazendo o método observacional, método comparativo e também a pesquisa qualitativa:



- Pesquisa de campo: A pesquisa de campo inicia-se a partir da coleta de dados presumidos relevantes e dá-se a partir da pesquisa bibliográfica, buscando identificar em qual estado encontra-se o problema. Posteriormente, são determinadas as técnicas utilizadas para a coleta de dados, de modo a embasar a análise subsequente (PRODANOV E FREITAS, 2013).
- Método observacional: O método observacional é um dos mais empregados nas ciências sociais e também um dos mais qualificados para pesquisas realizadas individualmente ou em grupo, por atingir alta precisão, partindo do ato de observar algo que já aconteceu ou que acontece (PRODANOV E FREITAS, 2013).
- Método comparativo: Este método centra-se em realizar comparações entre as semelhanças e diferenças, analisando dados concretos a fim de explicar as divergências entre os mesmos. É visto como um método superficial, porém em conjunto com os demais proporciona alto grau de relevância (PRODANOV E FREITAS, 2013).
- Pesquisa qualitativa: Não necessita de técnicas estatísticas, de acordo com Prodanove Freitas (2013) “Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave”, visto que o pesquisador está em contato direto com o ambiente a ser pesquisado e os dados coletados são descritivos, demonstrando a realidade estudada, não se preocupando em comprovar hipóteses. (PRODANOV E FREITAS, 2013, p. 70).

Por fim, no terceiro capítulo serão expostas as análises a partir dos dados obtidos e explanados no capítulo anterior, trazendo um novo olhar para as diversas situações e embasando-as nas ideias de teóricos e autores relevantes ao tema, para que assim a tese inicial seja esclarecida.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Assim como diversas cidades pelo mundo, o planejamento urbano no Brasil inicia-se com a necessidade de mudança. Em 1930, o Plano Agache veio como pioneiro a fim de solucionar problemas com o planejamento de transporte público, habitação, reservas de áreas verdes e abastecimento de água no Rio de Janeiro, que anteriormente, fora a capital do país, e



assim como outras cidades apresentou diversos problemas urbanísticos após a revolução (PRIETO; MENEZES; CALEGARI, 2017).

Já nos anos da década de 1940, novos órgãos de planejamento para o espaço urbano foram criados e implementados no Brasil, que se intensificou na década de 1950. Um grande marco da década de 50 foi a criação do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Além disso, ainda nesse período, iniciaram-se pesquisas para maior conhecimento das condicionantes urbanas das cidades, como no caso da Pesquisa de Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista, desenvolvida por Louis-Joseph Lebreton (CARMO, 2015).

Em relação à década de 1960, destaca-se a concepção e elaboração de Planos Diretores Municipais e Metropolitanos, buscando o desenvolvimento de localidades e de regiões integradas (CARMO, 2015).

Posteriormente, no ano de 1970, a população urbana do país já era maior que a população rural, e desde então, o tema planejamento urbano ganha forças ainda maiores, iniciando busca para a solução de problemas como abastecimento de água, esgoto, trânsito, e inúmeros outros tão conhecidos (PRIETO; MENEZES; CALEGARI, 2017).

A rápida urbanização do Brasil foi certamente uma das principais questões do século XX, portanto, com a democratização do país, o sistema de planejamento urbano passa a ser tratado com mais interesse, e então em 1988 a constituição afirmou que a participação social é indispensável para a elaboração de políticas públicas, destacando o plano diretor como instrumento básico da gestão urbana brasileira (ROLNIK, 2000).

Com a urbanização acelerada, foram criadas diferentes legislações e meios de solucionar as problemáticas causadas por esta, instaurando planos que trouxessem soluções para o presente e que fizessem do país um lugar melhor para as futuras gerações (OLIVEIRA; BOLAFFI, 2018).

2.2 ÁREAS VERDES URBANAS

Desde os tempos antigos, jardins e as áreas verdes tinham como finalidade o embelezamento dos locais de repouso e passeios, bem como uma maneira de expor o luxo. Com a Revolução Industrial, o homem começa a dominar a natureza. A população começa a expandir-se, expulsando o “natural” e domesticando-o sob a forma de zoológicos, parques e jardins (SARAIVA 2005).



Com o crescimento das cidades e com a urbanização houve uma grande diminuição das áreas verdes naturais, o que trouxe como consequência problemas devido à ausência destas. Portanto, com o passar dos anos, as áreas verdes urbanas vêm atuando como um amenizador de impactos causados pela ação antrópica. Desse modo, as áreas verdes localizadas nos centros urbanos minimizam as características negativas da urbanização iniciada após a Revolução (SARAIWA, 2005).

Nesse contexto é possível notar a importância das áreas verdes urbanas, uma vez que têm por finalidade elevar a qualidade de vida da população por meio da preservação ambiental, aliada ao paisagismo e recreação, além de contribuir na esfera física e mental dos usuários (MASCARÓ e MASCARÓ, 2005).

Para Nucci (2008), essas áreas passaram a ser essenciais em uma cidade, portanto devem ser agradáveis esteticamente, possuindo acomodações e instalações que facilitem seu uso proporcionando aos munícipes uma opção de lazer.

Mascaró e Mascaró (2005), ainda complementam: “As áreas verdes urbanas podem classificar-se em dois grandes grupos: área verde principal: formada pelos parques, clubes de esporte, hortas e floriculturas; área verde secundária: formada pelas praças, largos e ruas arborizadas” (MASCARÓ e MASCARÓ, p.15, 2005).

2.2.1 Área verde principal: Parques

De acordo com Oliveira (2010), a compreensão da necessidade de concepção de parques dá-se por meio de pontos de vista inovadores para a paisagem das cidades, em conjunto com a aspiração de criação de uma nova cidade com base no conhecimento urbanístico, que se promove mundialmente. Pois, até o surgimento das mesmas no meio urbanístico, as áreas verdes tinham ligação diretamente com o embelezamento urbano, de estabelecer espaços limpos e salubres para que a elite pudesse passear. Os parques e sistemas de parques começam a ser vistos como fundamentos e soluções do planejamento e de ligação do tecido urbano, somente após os primeiros planos para a cidade.

Ainda segundo o referido autor, as áreas verdes, assim como os parques urbanos, passam a ser vistos de maneira diferente a partir do final do século XIX, deixando de servir apenas como preceito de saúde para a população, parte da ornamentação urbana e local de abrigo de natureza no meio da cidade destinados a passeios, tornando-se espaços públicos



indispensáveis, que se estendem no espaço urbano agindo como componente de planejamento e passando a desenvolver também atividades de recreação e prática de esportes (OLIVEIRA, 2010).

Macedo e Sakata (2002) afirmam que apenas a partir do século XX os parques passam a exercer novas funções como as esportivas, a preservação de recursos naturais que são características de parques ecológicos, bem como as atividades de lazer com brinquedos mecânicos e eletrônicos, ou parques temáticos. No geral, todas essas atividades caracterizam os parques e atribuem-lhes novos nomes e adjetivos, tendo como exemplo, parque temático e parque ecológico.

Os ambientes naturais que se apresentam como agradáveis, segundo Ferreira (2007), proporcionam à população, redução dos problemas das cidades e apresentam melhorias aos habitantes. Além de amenizar os problemas ambientais urbanos, os parques também aliviam as tensões sociais, pois criam um espaço de convívio e aproximação entre as pessoas e a natureza.

2.2.2 Área verde secundária: Praças

As definições de praças são inúmeras, mas apesar de vastas opções, pode-se conceituá-las como espaço público e urbano. Após diversas transformações, as praças tornaram-se ambientes de convívio e lazer acessíveis a todo cidadão. Elas assumiram um papel fundamental para a formação de relações sociais passando de grandes pátios para esplendorosos jardins e, juntamente com a rua, compõe os espaços públicos mais importantes de toda a história (ROBBA; MACEDO, 2003).

A partir do século XX, inicia-se o urbanismo moderno, quando se nota que o espaço da praça começa a destacar-se, elevando sua importância junto à sociedade, assim, sua linguagem que perdurou durante anos começa a ser alterada. A praça apresenta uma nova forma de lazer para os habitantes, passando a interagir de outras maneiras com seus usuários, trazendo para si quadras de esporte, pistas de caminhada e mobiliários diferenciados. Indo além da recreação, estes espaços passam a ter relevância cultural no espaço popular (MARX, 1980).



De acordo com Robba e Macedo (2003), as praças são espaços que se destinam ao convívio e lazer da população, são de livre acesso aos cidadãos e desprovidos de edificação. Portanto, seguem a mesma linha e função dos parques urbanos.

Ainda de acordo com os autores Robba e Macedo (2003), devido à urbanização e ao crescimento acelerado das cidades, o papel da praça foi alterado, porém sua função social permanece a mesma. Bondaruk (2007, p. 232), complementa: “As praças públicas como espaço comum são fundamentais para a vida urbana. Não apenas pela questão do ponto de recreação que representam, mas principalmente pelo que estas têm se tornado [...]”.

2.3 QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida é extenso e engloba variadas abordagens e inúmeras problemáticas. Tal conceito surge em contraponto ao ponto de vista dos economistas que estudavam o crescimento econômico e o desenvolvimento social restritamente com base em indicadores econômicos de uma regionalidade, como o PIB (Produto Interno Bruto) (SANTOS; MARTINS; BRITO s/d).

As indagações referentes à qualidade de vida vêm ganhando espaço, valorizando assim parâmetros que abrangem o aumento da expectativa de vida ou a redução da mortalidade, transformando a ideia que era diretamente relacionada à saúde em uma definição mais completa, cujas condições e estilo de vida tornaram-se informações a serem avaliadas (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004).

O autor Nahas (2001) afirma que a caracterização de qualidade de vida urbana foi estabelecida em meados da década de 1960, quando tal expressão passa a ser empregada como contestação às apreciações do nível de crescimento exclusivamente econômico dos países. Durante os anos de 1970 e 1980 esse pensamento é influenciado por inúmeras transformações sociais, oriundas do ponto de vista ambiental, que passa a ser estabelecido nesse período.

Somente a partir da mudança do século, nos anos 2000, que o melhoramento do conceito e pensamento sobre qualidade de vida obteve a fundamentação teórica e metodológica com base no desenvolvimento das pesquisas, assim como pelas diferentes manifestações das atividades que promovem saúde e bem-estar à população (VILARTA; GUTIERREZ; MONTEIRO, 2010).



A definição de qualidade de vida urbana é considerada por Nahas (2001) como a resultância da evolução das cidades, dos problemas ambientais e da precisão de controle em nível local. No entanto, a fim de que esse monitoramento seja eficaz, é primordial o incremento de recursos que ofereçam incentivos para o planejamento local, como um programa de parâmetros de qualidade de vida urbana. Esses dados devem apresentar a aptidão dos municípios em proporcionar certa qualidade de vida aos moradores, destacando o acesso a determinados serviços.

Um importante instrumento para a gestão urbana e o planejamento urbano dá-se pela avaliação e pela medição da qualidade de vida em determinado espaço, pois, além de dar possibilidade de observação em relação à desigualdade sócioespacial, também contribui no monitoramento da ação pública, podendo ser empregadas como fundamento para subdivisão territorial de recursos, colaborando com os métodos de tomada de decisões (MENDONÇA, 2006).

São diversos os fatores para a análise e estudo da qualidade de vida urbana, dentre estes, destacam-se: a infraestrutura do espaço, englobando o que o mesmo oferece para a população e se está adequada e de acordo com as necessidades e anseios populacionais; e a acessibilidade, ressalta-se por ser um termo da atualidade por intermédio da necessidade de espaços urbanos acessíveis e que abarquem a todos, promovendo a integração e possibilitando a apropriação do espaço para todos os indivíduos, independentemente de suas biodiversidades (NAHAS, 2001).

2.3.1 Infraestrutura

Para Christmann e Librelotto (2014), a infraestrutura urbana faz parte de um grupo de sistemas técnicos de serviços e equipamentos indispensáveis à elaboração das funções urbanas como, por exemplo, os subsistemas de água e drenagem pluvial, de comunicações e energias, de abastecimento e esgotos sanitários e com o subsistema viário.

Relacionando a infraestrutura urbana aos espaços públicos temos o mobiliário urbano, que é constituído de elementos materiais situados em locais públicos, que são integrados à paisagem urbana e tem como função contribuir com a proteção e informação, o lazer e cultura dos munícipes, estando diretamente ligada ao conforto. Podemos citar como mobiliário os



bancos, os telefones públicos, postes, lixeiras, ponto de ônibus, entre outros (CHRISTMANN; LIBRELOTTO, 2014).

Com a falta de um planejamento adequado e crescimento populacional acelerado, acaba resultando algumas complicações de ordem social e ambiental. O acúmulo de pessoas aliado à falta de uma infraestrutura apropriada acabam originando inchaços nas cidades, gerando transtornos para os residentes urbanos. Esses inchaços acontecem em especial nas cidades em desenvolvimento, resultados do rápido processo de urbanização, aliado à falta de infraestrutura (VIEIRA FILHO *et al*, 2015).

De acordo com Mascaró (2008), o mobiliário urbano tem influência direta sobre a funcionalidade e a estética dos espaços e são responsáveis por fornecerem segurança e conforto aos usuários, portanto, necessitam receber uma maior atenção dos planejadores, que devem preocupar-se com a qualidade dos ambientes públicos, seus acessos e circulações. Os mobiliários têm como principal função estabelecer comodidade às pessoas, sendo elementos imprescindíveis em espaços públicos, proporcionando momentos de descanso e conforto, mostrando-se de grande importância no caso de pessoas com necessidades especiais, sejam elas temporárias ou permanentes.

Montenegro (2005) complementa dizendo que os mobiliários urbanos devem auxiliar nas atividades desenvolvidas e na utilização do espaço, além de atender às necessidades dos usuários, pois eles são o objeto de uso público que envolve o ambiente ou espaço em que será inserido, que serão responsáveis por retratar a cultura e seu significado na história.

2.3.2 Acessibilidade

A acessibilidade é definida pela ABNT (2004) como a oportunidade e condição de aquisição, clareza e conhecimento para a aplicação com determinação e autonomia de edificações, espaços, equipamentos urbanos, elementos e mobiliários, por indivíduos com deficiência ou mobilidade limitada.

Boareto (2005) enfatiza que a acessibilidade é basicamente um direito de todo e qualquer cidadão, sendo assim, é direito de cada um o acesso e a utilização dos espaços e edificações públicas. Porém, esse direito nem sempre se faz presente no dia a dia.

Bittencourt (2001) põe em evidência que entre os problemas de acessibilidade, as deficiências arquitetônicas e sociais são as que distanciam esses indivíduos, restringindo



assim o ato de exercer a cidadania, privando-os de uma vida participativa junto à sociedade. Desse modo, também acontece a exclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais da convivência social, criando um círculo vicioso, que gera a ausência de conhecimento e informação, direcionando ao preconceito, o que acarreta novamente na exclusão.

No Brasil, as cidades são projetadas em maior parte para um público que não possua mobilidade reduzida ou dificuldade de locomover-se. Assim, diariamente são encontradas inúmeras calçadas irregulares ou praticamente inacessíveis, com buracos ou barreiras, sem contar a dificuldade de acesso em alguns supermercados, farmácias, bancos, áreas de lazer e hospitais (PRADO, 2003).

Em particular a preocupação com a população de mais idade é relevante, pois a elaboração de projetos que beneficiem ambientes com acessibilidade a idosos são tratadas de modo superficial, já que as questões de acessibilidade são quase sempre relacionadas e reduzidas às necessidades de pessoas com alguma incapacidade ou com deficiência. O que acaba ocasionando em consideráveis dificuldades e situações de risco que são constatadas nos ambientes urbanos (BRASIL, 2005).

Fernandes (2000) ainda ressalta que a acessibilidade está diretamente ligada ao desenvolvimento e ao planejamento urbano, visto que para o estabelecimento da mesma devem ser estudadas as condicionantes urbanas e assim considerar as necessidades dos cidadãos, principalmente de deslocar-se e circular pela cidade, garantindo dessa forma o que é direito do indivíduo.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o presente estudo toma como base as ideias de Prodanov e Freitas (2013), sendo ordenadas em cinco etapas: pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, método observacional, método comparativo e pesquisa qualitativa. Visto que estes elementos foram conceituados baseando-se na fundamentação teórica exposta ao longo do presente trabalho.

A pesquisa sustenta-se nas ideias apresentadas por Leverentz (2014), o qual cita que embora o conceito de qualidade ambiental urbana seja demasiadamente citado na legislação, na prática poucas ações são direcionadas para a melhoria das condições ambientais do espaço urbano:



As áreas verdes urbanas desempenham diversas funções essenciais para a qualidade de vida da população [...] logo a gestão/manutenção e planejamento dessas áreas pelo poder público são essenciais. Atualmente com a banalização desses espaços pelo poder público, a falta de condições dos mobiliários e estruturas urbanas faz com que as praças percam a sua função, afugentando e excluindo a população de usufruir dessas áreas verdes enquanto espaço para o bem-estar social, ambiental e estético (LEVERENTZ, 2014, p. 02).

Assim, conforme a metodologia apresentada anteriormente serão explanadas a seguir as análises do Lago Municipal e das praças Amadeo Piovesan, XV de Novembro, Rafael Piveta e Prefeito Waldemar Gregório Empinotti, trazendo como elemento de comparação quatro itens:

a) **Acessibilidade:** Segundo o dicionário de língua portuguesa pode-se considerar acessibilidade como um atributo do que é acessível; a que se têm acesso; facilidade de acessar. De acordo com Tavares *et al* (2002), perante a Lei 10.098 a acessibilidade é considerada como “[...] a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida [...]” referindo-se a presença de obstáculos existentes impedindo o acesso de pessoas com necessidades especiais. (TAVARES *et al*, s/p, 2002)

b) **Mobiliários e equipamentos urbanos:** A partir da ABNT pode-se definir os mobiliários urbanos como elementos inseridos nos espaços, os quais servem como suporte e complemento às edificações que constituem a malha urbana. Desta maneira Kohlsdorf (1996), afirma que estes são reconhecidos ainda como os responsáveis a adicionar beleza aos espaços e, principalmente por suas características de menor escala.

c) **Segurança e conforto:** A disposição de objetos, vegetação e a dimensão do espaço físico podem ser considerados condicionantes para a segurança e conforto nos espaços públicos. Para Merleau-ponty (1999) mesmo que inconscientemente, os seres humanos se sentem seguros e respondem melhor a locais amplos, arejados e com boa iluminação, Lima (2017) ainda complementa: “nota-se que a qualidade arquitetônica e urbanística, como o mobiliário, a iluminação, a pavimentação e a manutenção, tem papel fundamental na apropriação e no sentimento de segurança da população” (LIMA, p. 02, 2017).

d) **Edificações:** De maneira geral, a arquitetura resume-se como a arte de conceber espaços, com intuito de complementar e abrigar as atividades do homem. Para Castelnou



(2014), as edificações podem ser consideradas como “qualquer intervenção no meio ambiente, que possua uma intenção artística, seja qual for a sua escala, tanto em nível interior como exterior, de uso individual ou coletivo; privado ou público” (CASTELNOU, p. 05, 2014).

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1 A CIDADE DE PALOTINA

Palotina tem seu início com processos de ocupação na década de 1940, sendo estes provenientes dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Anos depois, em 1954 realizou-se a primeira missa na cidade de Palotina, ministrada por padres palotinos, que dão o nome à cidade como uma maneira de homenageá-los pela contribuição no processo de desenvolvimento do local e pela implantação da espiritualidade em relação aos habitantes (PALOTINA, 2013).

No ano de 1957 criou-se o distrito de Palotina, caracterizado por seguidos anos de muito trabalho, construindo edificações e ruas para possibilitar a funcionalidade do dia a dia dos futuros moradores, mas somente no ano de 1961 Palotina se transforma em município, tendo então como principal atividade econômica o milho, que era utilizado como alimento na agropecuária, em especial na criação de suínos. (PALOTINA, 2013).

Analisando as áreas e espaços de lazer na cidade de Palotina – PR destacam-se o Lago Municipal da cidade, a Praça Amadeo Piovesan, a feira do produtor que a cidade possui, bem como suas festas locais, como a Expo Palotina, que possui um destaque regional (MFRURAL, 2012).

Outras opções de lazer em Palotina se dão por suas feiras, praças e parques urbanos, onde além da Praça Amadeo Piovesan e do Lago Municipal já mencionados, destacam-se as praças a serem analisadas posteriormente: Praça XV de Novembro, a Praça Rafael Piveta e a Praça Prefeito Waldemar Gregório Empinotti (GLOBO, 2018).

4.1.1 Lago Municipal

Localizando-se entre as ruas 24 de Junho, 5 de Julho e Monã, o Lago Municipal de Palotina se dá por uma área de lazer, convívio, caminhadas e descanso para a população, contando com recentes investimentos, tais como: instalação de parquinho para crianças, arena



multiuso, reforma do calçamento e também foram iniciados investimentos para ampliação do lago (PALOTINA, 2019).

Figura 01: Playground no Lago Municipal



Fonte: acervo da autora, 2019.

Figura 02: Arena no Lago Municipal



Fonte: acervo da autora, 2019.

Os espaços públicos de lazer auxiliam na elevação da qualidade de vida de seus usuários, portanto, ao oferecer benefícios podem proporcionar suporte social, resultando numa maior integração entre a população e o espaço (SILVA et al, 2013).

O lago municipal pode ser citado como um exemplo, uma vez que atende às normas de acessibilidade, possuindo acessos e pavimentação adequada. O mesmo necessita apenas de pequenas melhorias em suas pontes de conexão, além de uma quantidade maior de vagas, visto que só possui estacionamentos nas ruas do entorno.

No que diz respeito aos mobiliários e equipamentos urbanos, o espaço deixa a desejar em sua estrutura, não se mostrando atrativo e confortável. De acordo com Mascaró (2008), o mobiliário urbano é essencial para assegurar o conforto e a segurança dos usuários, porém, ao analisar o local, nota-se a falta de equipamentos como: bancos, lixeiros e bebedouros, além da iluminação e arborização falha.

O espaço apresenta uma arena multiuso e playground para crianças, inaugurados recentemente, porém ainda falha nos equipamentos mais básicos, os quais juntamente com a inexistência de uma arborização adequada fazem com que os usuários não se sintam à vontade para permanecer no local. Benini *et al* (2008) ainda sustenta a ideia de que a inexistência de árvores pode ser prejudicial, de modo a criar alterações no microclima e grande desconforto térmico, afetando diretamente a qualidade de vida e a utilização das áreas de lazer.



Ainda, é possível observar que a silhueta do Lago Municipal destaca-se na cidade por ser uma grande área de lazer, mas sua área ainda que seja grande não é devidamente aproveitada visto que não possui edificações de suporte, como banheiros e quiosques de alimentação.

Nucci (2008) diz que estas áreas passaram a ser essenciais em uma cidade, portanto devem ser agradáveis esteticamente, possuindo acomodações e instalações que facilitem seu uso proporcionando aos munícipes uma opção de lazer. Dessa maneira, o espaço falha em mais um quesito, fazendo com que seus usuários necessitem deslocar-se antes do previsto para ir ao banheiro, ou até mesmo comprar uma água.

4.1.2 Praça Amadeo Piovesan

Situando-se no cruzamento entre a Avenida Presidente Kennedy e a Avenida independência, a Praça Amadeo Piovesan se encontra em um ponto de destaque da área central de Palotina, com grande circulação de pessoas e veículos.

A Praça Amadeo Piovesan atende aos princípios da acessibilidade, já que possui pavimentação adequada, faixa podotátil e rampas de acesso para cadeirantes. Sun Alex (2008) diz que “a acessibilidade é a condição primordial para a apropriação e o uso do espaço. Entrar em um lugar é condição inicial para poder usá-lo”, afirmando assim, que o espaço em questão garante que todas as pessoas tenham facilidade no acesso e consequentemente, fácil locomoção.

Figura 03: Praça Amadeo Piovesan



Fonte: acervo da autora, 2019.

Figura 04: Praça Amadeo Piovesan



Fonte: acervo da autora, 2019.



Alguns quesitos são essenciais quando tratamos de um ambiente urbano substancial. Podemos colocar em destaque os mobiliários urbanos. Oliveira et al (2010) denomina mobiliário urbano como algo que se delimita em todo e qualquer projeto, elementos ou pequenas edificações de uso coletivo, com finalidade de utilização pública, propiciando conforto e viabilidade aos usuários. A Praça Amadeo Piovesan pode ser definida como um local bem estruturado com relação aos mobiliários urbanos, porém, possui deficiências com relação ao lazer e prática esportiva, por não possuir espaços destinados à recreação e ao esporte. Ainda, neste âmbito De Angelis (2000) relata que “qualquer um de nós tem, por mais remotas que sejam, lembranças de uma praça onde, na infância, o balanço, a gangorra ou o escorregador faziam parte do universo da criança” (DE ANGELIS, p.02, 2000).

Criar diversidade de atividades nestes locais também é um fator importante. As tradicionais feiras e um palco destinado a apresentações e atividades culturais, fazem com que a praça seja mais atrativa, em contrapartida, a falta de lugares para acomodar os usuários faz com que os mesmos não utilizem do espaço. Bondaruk (2007) afirma que “uma praça rica em detalhes, em formas e paisagismo, com variedade de usos e funções, tende a encher-se de pessoas e são as pessoas que dão vida a qualquer espaço urbano (BONDARUK, p. 232, 2007).

Ainda é possível observar que a arborização da praça assim como o espelho de água servem como elementos atrativos à população. Serdoura (2006) finaliza dizendo que “as pessoas procuram tirar partido da agradabilidade ambiental e estética da zona, por escolherem espaços com arborização ou com planos de água” para permanecerem neste espaço (SERDOURA, p.13, 2006).

4.1.3 Praça XV de Novembro

A Praça XV de Novembro também se localiza na região central da cidade de Palotina, entre a Rua Duque de Caxias, a Rua Dom Pedro I, a Rua 25 de Dezembro e a Rua 15 de Novembro, abarcando toda a área da quadra existente entre tais vias. Ainda que a praça seja arborizada da cidade, com várias espécies de grande porte, nota-se que a mesma se caracteriza por uma praça que carece de maior atenção no município de Palotina, encontrando-se abandonada e sem manutenção.



Figura 05: Arborização da praça



Fonte: acervo da autora, 2019.

Figura 06: Calçadas com obstáculos



Fonte: acervo da autora, 2019.

A acessibilidade é um direito de todos os cidadãos, bem como o benefício ao acesso e à utilização dos espaços públicos, porém, como enfatiza Boareto (2005), a acessibilidade nem sempre se faz presente no dia a dia. Na Praça XV de Novembro é notória a ausência da mesma, principalmente em seus calçamentos em estado de abandono, além de obstáculos encontrados no caminho, fazendo com que os usuários, mesmo que não possuam necessidades especiais, tenham grandes dificuldades ao caminhar pelo local.

Juntamente com a falta de espaços acessíveis, os mobiliários e equipamentos urbanos encontram-se em péssimo estado, quebrados, vandalizados e sem nenhuma manutenção. Visto que as áreas de lazer são elementos fundamentais para uma cidade Leverentz (2014) enfatiza que “[...] a gestão/manutenção e planejamento dessas áreas pelo poder público são essenciais” e devido às condições de espaços abandonados pelo poder público surgem diversos problemas. Para o autor: “a falta de condições dos mobiliários e estruturas urbanas faz com que as praças percam a sua função, afugentando e excluindo a população de usufruir dessas áreas verdes enquanto espaço para o bem-estar social, ambiental e estético” (LEVERENTZ, 2014, p. 02).

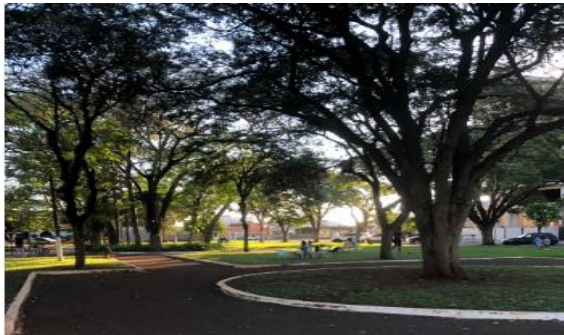
Ao analisar a praça pode-se notar claramente o sentimento de insegurança de seus usuários em virtude do grande número de árvores, que bloqueiam a visão em conjunto com a falta de iluminação no local. Além disso, a praça não possui edificações adequadas, tendo apenas banheiros e quiosques abandonados. Problemas estes que poderiam ser resolvidos facilmente com uma revitalização adequada.

4.1.4 Praça Rafael Piveta



A Praça Rafael Piveta localiza-se próxima a edificações de usos variados, atraindo muitos indivíduos diariamente a seu entorno, a praça se encontra entre a Rua Duque de Caxias, a Rua 25 de Julho, a Rua 25 de Dezembro e a Rua 21 de Abril, estendendo-se por toda a quadra entre tais vias.

Figura 07: Arborização da Praça



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 08: Playground



Fonte: acervo da autora, 2019.

Fernandes (2000) considera a acessibilidade como o ponto de partida para o planejamento urbano. Nele devem ser considerados os anseios de todos os cidadãos garantindo a livre circulação pela cidade. Assim sendo, a Praça Rafael Piveta não atende estes princípios, visto que sua pavimentação interna é composta apenas por pedra brita e não é dotada de rampas, sendo possível o acesso apenas por degraus.

Os mobiliários urbanos são responsáveis por estabelecer comodidade aos usuários do espaço, e segundo Mascaró (2008) estão diretamente ligados a estética e à funcionalidade dos ambientes, visto isso, a presente praça é dotada de uma infraestrutura adequada quando comparada aos demais espaços de lazer da cidade, proporcionando conforto à população.

Um ponto positivo no local é a arborização, que de acordo com Oliveira et al (2017) é um dos mais significativos elementos naturais que constituem o ecossistema das cidades, assim, no local em questão a manutenção da vegetação mostra-se adequada e juntamente com a iluminação existente reforça o sentimento de segurança. Santos (2005) ainda complementa dizendo que os espaços públicos devem fornecer segurança a seus usuários, além de conforto



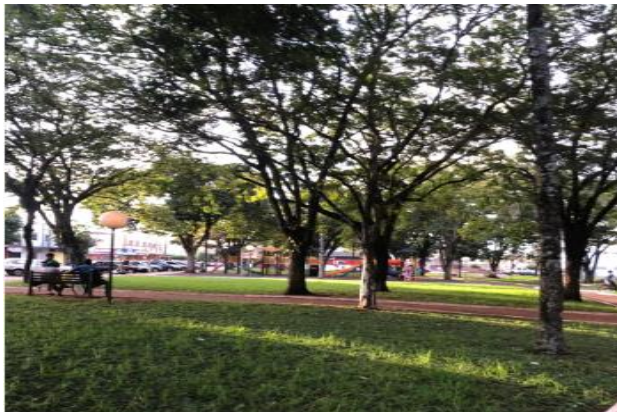
e respeito ao meio ambiente. Para o autor, a população somente ficará satisfeita ao utilizar estes espaços quando houver iluminação adequada.

Assim como os equipamentos urbanos, as edificações podem ser consideradas fatores que estimulam os usuários do local. Para Silva (2017) a arquitetura pode ser considerada como arte: “ela busca manipular o espaço de modo que beneficie a população e o meio ambiente, satisfazendo as necessidades de ambos”, portanto, ainda que possua espaços destinados à ioga, e academia para idosos, a Praça Rafael Piveta não se mostra atrativa em sua arquitetura.

4.1.5 Praça Prefeito Waldemar Gregório Empinotti

A Praça Prefeito Waldemar Gregório Empinotti, antigamente denominada como Praça Juscelino Kubitschek de Oliveira, está situada ao lado da Rodoviária de Palotina, estando entre a Rua Ipiranga, a Rua 21 de Abril, a Rua Getúlio Vargas e a rua interna da rodoviária.

Figura 09: Arborização urbana da Praça



Fonte: acervo da autora, 2019.

Figura 10: Parquinho da Praça



Fonte: acervo da autora, 2019.

Para Bitencourt (2001) os problemas relacionados à acessibilidade distanciam os indivíduos dos locais públicos, e assim restringem a população do exercício à cidadania. A praça em questão atende os princípios da acessibilidade, porém necessita de rampas de acesso para seu interior.

Já no que diz respeito aos mobiliários e equipamentos urbanos é possível observar diversos problemas. Para Leverentz (2014) “[...] a falta de condições dos mobiliários e



estruturas urbanas faz com que as praças percam a sua função, afugentando e excluindo a população de usufruir dessas áreas verdes enquanto espaço para o bem-estar social, ambiental e estético”. Portanto, ao analisar o contexto, a Praça Prefeito Waldemar Gregório Empinotti não cumpre seu papel, visto que possui apenas um playground como elemento benéfico à população (LEVERENTZ, 2014, p. 02).

Diversos autores citam a importância da arborização na paisagem urbana, pois atuam como um fator de atributo ambiental, elevando a qualidade do ar e do clima em áreas verdes como parques e praças. Juntamente com as árvores, a iluminação valoriza a paisagem urbana, permitindo uma melhora na imagem do local e elevando a segurança do mesmo. Porém, apesar de possuir uma boa iluminação e arborização, a falta visível de mobiliários adequados faz com que a população não se sinta confortável ao utilizar o local.

A partir das ideias expostas por Corbella (2003) é possível notar a importância do projeto urbano que, segundo o autor, é o responsável por fazer destes espaços belos e confortáveis, cabendo ao urbanista tornar o local insuportável ou confortável. Assim sendo, pode-se encontrar diversas falhas no que se refere às edificações presentes, visto que o único apoio à praça é a rodoviária municipal, expondo mais uma vez a necessidade de edificações que complementem estes espaços, para que os mesmos tornem-se utilizáveis.

4.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Dadas as informações obtidas por meio das análises acima é possível notar a falta de interesse e o descaso do poder público frente ao planejamento urbano e à infraestrutura das áreas de lazer da cidade de Palotina, expondo os contrastes mesmo em uma cidade pequena.

Portanto, a partir da pesquisa realizada no decorrer do trabalho é possível evidenciar o desapareço principalmente com a praça XV de Novembro, a qual se encontra abandonada e sem manutenção há anos. Em contrapartida a Praça Amadeo Piovesan encontra-se em melhor estado geral ao ser comparada com as demais praças. Já o Lago Municipal, a Praça Rafael Piveta e a Praça Prefeito Waldemar Gregório Empinotti encontram-se em “meio termo”, nas quais existem tanto pontos positivos quanto pontos negativos a serem destacados, como pode-se observar na tabela abaixo:



ELEMENTOS DE ANÁLISE	Lago Municipal	Amadeo Piovesan	XV de Novembro	Rafael Piveta	Waldemar G. Empinotti
1. Acessibilidade					
1.1. Calçadas	Médio.	Bom.	Ruim.	Médio.	Bom.
1.2. Rampas de acesso	Bom.	Bom.	Ruim.	Ruim.	Ruim.
1.3. Estacionamento	Médio.	Bom.	Bom.	Bom.	Bom.
1.4. Pontos de ônibus	Ruim.	Bom.	Ruim.	Ruim.	Bom.
2. Mobiliários e Equip. Urb.					
2.1. Bancos	Ruim.	Bom.	Médio.	Bom.	Médio.
2.2. Parquinhos	Bom.	Ruim.	Ruim.	Bom.	Bom.
2.3. Lixeiras	Médio.	Bom.	Médio.	Ruim.	Ruim.
2.4. Bebedouro	Ruim.	Ruim.	Ruim.	Ruim.	Ruim.
2.5. Academia para idosos	Bom.	Ruim.	Médio.	Bom.	Ruim.
2.6. Quadra poliesportiva	Bom.	Ruim.	Ruim.	Ruim.	Ruim.
3. Segurança e Conforto					
3.1. Arborização	Médio.	Bom.	Bom.	Bom.	Bom.
3.2. Iluminação pública	Médio.	Bom.	Médio.	Médio.	Bom.
4. Edificações					
4.1. Banheiros	Ruim.	Ruim.	Ruim.	Médio.	Médio.
4.2. Quiosque de alimentação	Ruim.	Médio	Ruim.	Ruim.	Ruim.
4.3. Outras edificações	Ruim.	Bom.	Ruim.	Médio.	Ruim.

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento das cidades é visível nos dias atuais e com isso também cresce a necessidade do homem em reconciliar-se com a natureza. Partindo dessa necessidade a pesquisa sobre espaços públicos x infraestrutura dá-se com base em resgates bibliográficos relevantes ao tema, para assim explicar as informações necessárias.

Os estudos foram direcionados pelo problema fomentador: Percebe-se que a ausência de infraestrutura adequada nas áreas de lazer de uma cidade interfere no bom uso dos espaços. No caso de Palotina, como fortalecer a identidade da cidade proporcionando qualidade de



lazer aos moradores a partir dos espaços já existentes? Qual o papel da infraestrutura neste contexto? Desta maneira a pesquisa segue com o objetivo de destacar a importância de espaços públicos, nos desenhos de centros urbanos e como a falta de infraestrutura afeta sua significância, conduzindo uma análise da infraestrutura nas áreas de lazer da cidade de Palotina – Paraná.

Em resposta ao problema de pesquisa pode-se concluir que a falta de uma infraestrutura adequada enfraquece a relação entre a cidade e seus munícipes, visto que a carência de uma boa infraestrutura faz com que espaços públicos percam sua identidade, prejudicando de modo direto a população. Deste modo, áreas já existentes vão perdendo sua importância por falta de investimentos do governo e tornam-se ambientes esquecidos. Portanto, para fortalecer a identidade local e possibilitar uma melhora na qualidade das áreas de lazer do município são necessárias elaborações de novas diretrizes, orientando gestores e profissionais, de modo a direcionar olhares para áreas já existentes. Logo, pode-se constatar que uma infraestrutura eficaz e eficiente faz com que espaços como parques e praças tornem-se atrativos à população, confirmando assim a hipótese inicial.

Sendo assim, a partir das ideias e constatações esplanadas no decorrer do trabalho pode-se dizer que o mesmo garantiu ampla informação sobre o tema, embasando o conteúdo e, desse modo, comprovou sua viabilidade de realização e eficácia, alcançando, portanto, os objetivos do trabalho

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. **Políticas Públicas de Lazer e Qualidade de Vida: a contribuição do concito de cultura para pensar as políticas de lazer**. In: VILARTA, Roberto. Qualidade de Vida e Políticas Públicas: saúde, Lazer e Atividade Física. Campinas - SP, 2004.

BITTENCOURT, M. C. **Estudos de Percursos Acessíveis aos Portadores de Necessidades Especiais em Espaços Abertos na Cidade de Maringá**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis - SC, 2001.

BOARETO, R. **Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível**. Brasília - DF, 2005.



- BOARETO, R. **Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível**. Brasília - DF, 2005.
- BONDARUK, R. L. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba - PR, 2007.
- BRASIL, Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana. **Construindo uma cidade acessível**. Brasil acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana. Caderno 2. Ministério das Cidades. Brasília - DF, 2005.
- CARMO, M. E. **O planejamento urbano e os planos diretores no Brasil**. Portal Educação. 2015. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/o-planejamento-urbano-e-os-planos-diretores-no-brasil/62637>>.
- CASTELNOU, A. **Fundamentos da Arquitetura**. Curitiba-PR, 2014.
- CHRISTMANN, S. S.; LIBRELOTTO, Diógenes R. **Levantamento e Estudo da Infraestrutura, Mobiliário e Mobilidade Urbana de um Quarteirão no Bairro Centro da Cidade de Panambi – RS**. Cruz Alta - RS, 2014.
- CIDADE BRASIL. Município de Palotina. **Cidade Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-palotina.html>>.
- DE ANGELIS, B. L. D. **A Praça no Contexto das Cidades: o caso de Maringá-PR**. 2000. Tese de Doutorado em Geografia apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- FERNANDES, J. C. **Urbanismo e envelhecimento - algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia**. Revista Caminhos da Geografia. Uberlândia - MG, 2000.
- FERNANDES, J. C. **Urbanismo e envelhecimento - algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia**. Revista Caminhos da Geografia. Uberlândia - MG, 2000.
- FERREIRA, L. I. E. P. **Parque Urbano. Paisagem Ambiente**. São Paulo - SP, 2007.
- KOHLSDORF, M. E. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Brasília-DF, 1996.
- LEVERENTZ, G. **Avaliação da Infraestrutura e dos Equipamentos da Praça Pio XII na Cidade de Ubatã (PR), Brasil**. Ubatã - Paraná, 2014.
- LIMA, A. C. F. **A (In)Segurança no Espaço Urbano**. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte-MG, 2107.
- LONDE, P. **A Influência das Áreas Verdes na Qualidade de Vida Urbana**. Minas Gerais, 2014.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, Francine G. **Parques Urbanos no Brasil**. Editora Edusp. São Paulo - SP, 2002.
- MARX, M. **Cidade Brasileira**. Melhoramentos. São Paulo - SP, 1980.



MASCARÓ, J. L. **Infra-estrutura da paisagem**. Mais Quatro Editora. Porto Alegre - RS, 2008.

MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. L. **Vegetação urbana**. Mais Quatro Editora, 2ª edição. Porto Alegre - RS, 2005.

MENDONÇA, J. G. **Planejamento e medição da qualidade de vida urbana**. In Cadernos metrópole. 1º sem. (S/L), 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. Martins Fontes. São Paulo-SP, 1996.

MFRURAL. Palotina – Paraná. **MF Rural**. 2012. Disponível em: <<https://www.mfrural.com.br/mobile/cidade/palotina-pr.aspx>>

MONTENEGRO, G. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do RN**. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal - RN, 2005. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 2ª edição. Londrina - PR, 2001.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**. São Paulo - SP, 2008.

OLIVEIRA, F. L. **O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo**. São Paulo - SP, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3433>>.

OLIVEIRA, F. L. **O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo**. São Paulo - SP, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3433>>.

OLIVEIRA, F.; BOLAFFI, G. **Aspectos metodológicos do planejamento urbano no Brasil**. Revista Adm. Empres. vol. 10, n. 01, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901970000100008>.

PALOTINA. **História: Assim foi o começo**. Prefeitura Municipal de Palotina. 2013. Disponível em: <<http://www.palotina.pr.gov.br/a-cidade/historia>>.

PALOTINA. **Mais lazer e diversão no Lago Municipal de Palotina**. Prefeitura Municipal de Palotina. 2019. Disponível em: <<http://www.palotina.pr.gov.br/noticias/mais-lazer-e-diversao-no-lago-municipal-de-palotina-c-1800>>.

PORTAL PARANÁ. Palotina. **Portal Paraná Turismo**. 2017. Disponível em: <<https://www.paranaturismo.com.br/palotina/>>.

PRADO, A. R. A. **A cidade e o idoso: um estudo da questão de acessibilidade nos bairros Jardim de Abril e Jardim do Lago no município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo - SP, 2003.



- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2º edição – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- PRIETO, I.; MENEZES, M.; CALEGARI, D. **Planejamento urbano no Brasil: um breve histórico**. Politize. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/planejamento-urbano-brasil/>>.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2º edição. São Paulo - SP, 2003.
- ROLNIK, R. **Regulação urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção**. Campinas - SP, 2000.
- SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico**. Interlivros, 4º ed. Belo Horizonte, 1974.
- SANTOS, L. D.; MARTINS, I.; BRITO, P. **O conceito de qualidade de vida urbana na perspectiva dos residentes na cidade do porto**. (S/L), (S/D).
- SANTOS, E. R. **Iluminação pública como elemento de composição da paisagem urbana**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2005.
- SARAIVA, A. P. **Princípios de Architectura Paisagista e de Ordenamento do Território**. João Azevedo, Editor. (S/L), 2005.
- SERDOURA, F. M.; SILVA, F. N. **Espaço Público. Lugar de Vida Urbana**. Lisboa, Portugal, 2006.
- SILVA, F. L. **Revitalização do Lago de Palotina-PR**. Palotina – PR, 2017.
- SILVA, E. A. P. C. da; SILVA, P. P. C. da; OLIVEIRA, L. S.; SANTOS, A. R. M. dos; RECHIA, S.; FREITAS, C. M. S. M. **Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer**. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Elsevier Editora Ltda. (S/L), 2013.
- SUN, A. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. SENAC. São Paulo - SP, 2008.
- VIEIRA FILHO, D. S.; SILVA, F. B.; VERAS, R. L. O. M.; NÓBREGA, F. A. R. **Infraestrutura Urbana: infraestrutura e o crescimento Populacional no Brasil**. Aracaju - SE, 2015.
- VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I. **Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI**. Campinas - SP, 2010.
- XAVIER, F. B. **O parque verde urbano: características do uso através de observação sistemática**. Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Presidente Prudente - SP, 2018.